



SER MULHER BUDISTA NUM PAÍS “LAICO”: OS EFEITOS DE CONCEITOS CRISTÃOS NA VIDA DAS MULHERES DA BSGI

Maria de Lourdes dos Santos¹

Visão de vida no Budismo Nitiren

Na Associação Brasil SGI, mais de 60% de seus integrantes são compostos por mulheres na faixa etária entre 30 e 50 anos, com escolaridade básica (segundo grau) e que vivem nas periferias das grandes cidades. Como consequência, as crianças e os adolescentes de suas famílias — mais de 12 mil na faixa etária de 5 a 17 anos — estudam em escolas públicas e vivenciam os mundos religiosos, da educação familiar e da sociedade onde estão inseridos.

Para analisarmos as diferentes visões de vida, alguns pontos são essenciais, os quais estão relacionados ao universo religioso: vida e morte — nascimento, falecimento, renascimento e vida eterna —, pecado e virtude, bem e mal. Estes são os que consideramos relevantes para nosso estudo e vamos abordá-los do ponto de vista dos praticantes do Budismo Nitiren na Soka Gakkai e com base num estudo feito em 1985 por Yoiti Kawata, coordenador do Instituto de Filosofia Oriental.

O budismo não professa a ideia de criação de um Deus único e absoluto. Ao contrário, ele vê o universo como uma entidade da vida. Reconhece a continuidade e a descontinuidade entre os seres sensíveis e insensíveis e ensina que os seres sensíveis podem surgir dos insensíveis. Tanto o ser sensível quanto o insensível são formados pela combinação temporária dos cinco componentes — forma, percepção, concepção, volição e consciência — que se unem temporariamente para dar origem a cada ser. Se a forma (existência material) for manifestada e os quatro componentes permanecerem latentes, a combinação resulta no inanimado. Na evolução biológica, por meio da interação contínua com o ambiente, os quatro outros componentes latentes tornam-se gradativamente manifestos. A percepção é a função que recebe as informações pelos seis órgãos sensoriais. A concepção é a função que cria ideias ou imagens mentais baseadas no que foi percebido. E, por fim, volição é a vontade que atua na imagem mental e motiva uma ação em resposta ao que foi percebido. Apesar de todos os seres vivos possuírem os quatro componentes citados até agora, somente com a evolução dos seres humanos é que surgiu o quinto componente, a consciência.

¹ Doutoranda em Ciências da Religião (Religião e sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Unida a esse conceito de cinco componentes, a teoria das nove consciências — visão, audição, olfato, paladar, tato, consciência, subconsciente, *alaya*, *amala* — fornece a base da visão budista de vida.

A compreensão dos cinco componentes gera a consciência de si mesmo, ou autoconsciência, que corresponde à sexta (consciência) das nove consciências. Esta conduz à sétima consciência, a da reflexão. É nessa consciência que se distingue o bem do mal e de onde se irradia a sabedoria e a razão. A consciência seguinte, *alaya*, o repositório cármico, é onde ficam registradas todas as ações positivas e negativas que as pessoas empreendem. Quando o eu se funde com a vida cósmica, alcança-se a nona consciência, *amala*, a consciência pura.

Nascimento, vida, morte e renascimento

O Budismo Nitiren tem como base o *Sutra de Lótus*, considerado-se o último ensino pregado pelo Buda Sakyamuni, que teve como preocupação desvendar o que considerou os quatro sofrimentos da vida: nascimento, envelhecimento, doença e morte. Nela, a vida e a morte estão intrinsecamente relacionadas. Assim, o Buda Nitiren Daishonin escreveu: “Antes de estudar sobre a vida, deve-se aprender sobre a morte”.

O budismo considera o universo uma gigantesca entidade e a vida e a morte são umas com ele. Segundo a mitologia budista, à luz do Budismo Mahayana, a vida após a morte existe no estado da não substancialidade (*ku*) e dissolve-se no grande cosmo fluindo com a vida cósmica. Esse estado, um estado latente, indica o intervalo de tempo entre a morte e o renascimento. A vida, na forma como ela existe durante esse intervalo, é denominada existência ou corpo intermediário, que, acredita-se, é constituída pelos cinco componentes (forma, concepção, percepção, volição e consciência).

Para que o corpo intermediário se manifeste em uma próxima existência, numa nova vida, é necessária a união dos cinco componentes. Até chegar a esse estágio, entre a morte e o renascimento, a pessoa passa pelo que o budismo chama “jornada através da existência intermediária” (*tyu-u*, em japonês). Essa jornada é feita pela “existência intermediária”, que continua além da morte em direção ao mundo do pós-morte, sendo absorvida pelo cosmos, como uma gota de água é absorvida pelo oceano.

Apesar da vida no estado da não substancialidade retornar ao cosmos, ela mantém sua individualidade. Este é o significado real de *ku*, existência e inexistência. Os fatores que possibilitam essa individualidade fixam-se na consciência *alaya*, ou seja, a “semente” das causas latentes armazenadas na consciência *alaya*, que tem o potencial para manifestar o efeito correspondente. “No processo pós-morte, o “eu” subjetivo de cada existência



individual é influenciado pelas sementes, especialmente as sementes do carma contidas na sua consciência *alaya*.” (Ibidem)

O corpo intermediário é a própria consciência *alaya*² e existe no estado de não substancialidade, no qual está fundido à grande vida do cosmos e mantendo, ao mesmo tempo, o estado latente — que fazem os cinco componentes tomarem forma e se unirem.

Jornada através da existência intermediária

Num de seus primeiros escritos, “Juo Santan Sho” (Em louvor aos dez reis), Nitiren descreve a jornada da vida entre a morte e o renascimento, tendo como referência uma crença popular de sua época, provavelmente de origem chinesa, sobre dez reis do outro mundo, que julgam os mortos. De acordo com Nitiren:

Quando uma pessoa falece, ela caminha sozinha através de uma vasta planície. Essa é a chamada viagem através da existência intermediária. Se ela tentar continuar na estrada, não terá mantimentos para levar consigo; se tentar parar a meio caminho, não terá onde ficar. Embora queira ir adiante, não haverá suprimentos; embora deseje parar, não há onde ficar. Além disso, afirma-se que a escuridão é como a calada da noite. A pessoa vê somente a luz das estrelas, e como ela viaja na escuridão, adiante e atrás, à direita e à esquerda, tudo são trevas. Não há ninguém a lhe fazer companhia, e não há ninguém a preocupar-se com o seu bem-estar. Se imaginarmos como são as coisas para essa pessoa, nós nos sentiremos tristes e desamparados. Embora ela veja sua amada esposa e filhos no mundo *saha*, não existe caminho para voltar, e a pessoa desloca-se cada vez mais longe delas. Como ela não sabe aonde vai, não há caminhos que possa discernir. Faça o que fizer, sua única companhia são suas próprias lágrimas de tristeza. (*Gosho Zenshu*)

Caminhando sozinha pela vasta planície, a pessoa falecida aproxima-se aos poucos das montanhas da morte, que são descritas como elevadas e traiçoeiras, com penhascos afiados como espadas.

Numa carta que endereçou ao lorde Yagueta, Nitiren afirma: “O *Nam-myoho-rengue-kyo* será o cajado que o conduzirá nas montanhas da morte. Os budas Sakyamuni e Muitos Tesouros, bem como os quatro *bodhisattvas* liderados por Práticas Superiores, lhe estenderão as mãos e o conduzirão em sua jornada” (Nitiren, 1999, p. 451).

Após atravessar essas montanhas, no sétimo dia após a morte, a pessoa falecida chega à moradia do primeiro dos dez reis, Rei Shinko. Lá, ela é julgada por suas ações em vida, mas não se determina os pesos de seus bons e maus atos. Então, ela é enviada ao segundo rei, Rei Shoko. No entanto, no caminho, ela chega ao “rio das três travessias” ou “rio do inferno”, que pode ser atravessado em três lugares. O primeiro lugar fica rio acima, de pequena profundidade, podendo atravessá-lo as pessoas que cometeram ofensas pequenas em vida. O segundo localiza-se rio abaixo, onde a correnteza é muito veloz e as ondas são altas como as montanhas. Além disso, a água e

² Nove consciências: visão, audição, paladar, tato, olfato, consciência, subconsciência, *alaya*, *amala*.



infestada de serpentes venenosas, as pessoas que cometeram ofensas graves atravessam nesse ponto. O último situa-se no meio do rio, onde existe uma ponte adornada de ouro, prata e sete espécies de pedras preciosas. Por ela atravessa a pessoa que cometeu bons atos.

Ao chegar à margem oposta, encontra-se uma grande árvore cuja sombra aguardam dois demônios, um feminino e um masculino. Eles tiram as vestimentas do falecido e as penduram num galho da árvore. Acredita-se que os galhos se curvem de acordo com o peso das más causas cometidas. Depois a pessoa falecida apresenta-se ao Rei Shoko, no 14º dia, após sua morte. Faz-se um interrogatório sobre seus atos bons e maus e a conduz ao próximo rei até o décimo. Nesse processo, do sétimo dia ao segundo ano de aniversário da morte, a pessoa é julgada por seus atos.

As visitas aos dez reis simbolizam que a circunstância do renascimento de uma pessoa é determinada unicamente por suas ações em vida. Isso significa que a pessoa falecida escolhe o renascimento correspondente à semente cármica contida em sua consciência *alaya* e que não há exceção para a lei de causa e efeito.

A visão budista da concepção

Nosso conceito de concepção parte da união do espermatozoide com o óvulo. Do ponto de vista do budismo, além desses elementos, existe também o corpo intermediário. A isso o budismo define como “união dos três fatores”.

A “união dos três fatores” refere-se ao desejo sexual, o ciclo menstrual correto e à manifestação da existência intermediária. O papel principal no nascimento é desempenhado pelo corpo intermediário. O esperma e o óvulo, que contêm as informações genéticas, podem ser considerados como causas externas que ajudam o corpo intermediário a se manifestar, passando da fase latente para a manifesta, ou seja, o nascimento.

Quando um bebê é concebido e nasce, seu carma do passado é considerado como causa, e os pais que ele escolhe de acordo com esse carma são a condição. Com a união da causa e da condição, nasce o ser humano [...] Assim, do ponto de vista do budismo, o nascimento de um ser humano ocorre através da união de causas internas e existentes na vida com as condições externas apropriadas.” (Cf.: Sawata, 1987, p. 34.)

As diferenças existentes entre pessoas de uma mesma família, do ponto de vista do budismo são atribuídas à vida na fase de existência intermediária, pois ela não somente escolhe os pais de acordo com o carma existente na consciência *alaya*, como também recebe deles genes particulares que correspondem a seu próprio carma. “Entre os filhos que uma mulher dá à luz, pode haver filhos bons e perversos; filhos bonitos e feios, filhos de pequena estatura e filhos grandes, meninos e meninas e assim por diante” (*Gosho Zenshu*, p. 841).



O Sutra Yugashiji Ron cita três causas para a falha na concepção: (1) ação das desordens e aflições do útero; (2) desordens e aflições do carma; (3) ação das desordens e aflições do carma. A desordem a aflições do carma significa que nem o pai e nem a mãe criaram ou desenvolveram o carma para ter filhos. Falta ao pai e à mãe o carma para terem filhos. Também significa que a existência intermediária não criou ou desenvolveu a causa para ter pais, ou não possui o carma para ligá-la aos pais.

O não nascimento

Conforme exposto anteriormente, três causas são fundamentais para a não concepção: infertilidade feminina e masculina, carma dos pais, carma da existência intermediária. O carma armazenado na consciência *alaya* da existência intermediária age como “causa”, e as informações genéticas de ambos os pais, contida no óvulo e espermatozoide agem como “condição” e, pela união de causa e condições, surge uma nova vida.

Na perspectiva budista, a causa da infertilidade vai além da concepção da medicina, está relacionada ao carma do pai, da mãe ou de ambos que não possuem o carma para ter filho, ou da existência intermediária que não desenvolveu a causa para nascer ou o carma para ligá-la aos pais. Nesses casos, não se consegue gerar uma nova vida, mesmo que as condições biológicas sejam favoráveis.

Apesar de não termos encontrado nos impressos da Soka Gakkai algo a favor ou contra o aborto, seus integrantes seguem a máxima de Nitiren que diz: “A vida é o tesouro mais precioso de todos os sistemas de grandes mundos” (Nitiren, 1999, p. 1250); “Mesmo um dia a mais de vida vale mais que dez milhões de *ryo* de ouro” (Ibidem, p. 955).

Como defensor do respeito à vida, sou inteiramente contrário ao aborto na maioria dos casos, porquanto considero errado terminar artificialmente uma vida já iniciada e, assim, condená-la à escuridão antes de ela chegar sequer a ver a luz. Além do mais, o aborto é física e mentalmente uma crueldade com a mãe [...] Quando pode ser provado que a continuação da gravidez ou o parto a termo são perigosos para a mãe, julgo o aborto aceitável [...] No que diz respeito a fetos geneticamente deficientes, acho que não devem ser poupados esforços para se descobrir a real gravidade do defeito. Se for possível que seja apenas leve, o aborto torna-se inadmissível. Se grave, o estado e sua gravidade relativas devem ser clara e imediatamente explicados aos pais, que devem então decidir se a esposa levará a gravidez a termo. (Ikeda, 1999, p. 241.)

Esse posicionamento de Daisaku Ikeda, presidente da SGI (Soka Gakkai Internacional) parte da visão budista de que a concepção é o momento em que a existência intermediária se une ao esperma do pai e óvulo da mãe. O embrião se desenvolve e, ao mesmo tempo, os outros níveis de consciências também se formam: primeiro aparece a sétima consciência (inconsciente), depois a mente, ou sexta consciência, e por fim os cinco sentidos.



Dignidade da vida, dignidade da mãe

Tendo como base a valorização da vida, uma crítica que Ikeda faz aos testes de pré-natal que detectam anomalias no feto, e o fato do peso da anormalidade da criança cair sobre os ombros da mãe, quando, para ele, deveria ser dividido com a sociedade em geral.

O exame pré-natal parece mais limitar seus direitos do que aumentá-los. A sociedade já impõe muitas pressões à mulher — tanto de maneira implícita como explícita —, especialmente em relação ao parto e à criação dos filhos. É importante contar com equipamentos para tornar possível o exame pré-natal; no entanto, devemos criar também um tipo de sistema social que possa apoiar e orientar as mulheres quando essa tecnologia as conduzirem a situações insustentáveis. (Ikeda, 2007, p. 166)

Da mesma forma, podemos analisar a questão do aborto. Toda a responsabilidade pelo interrompimento da gravidez recai sobre a mulher e a convivência de forma tranquila ou traumática dessa experiência somente ela carregará. A solidão desse momento, por medo, vergonha, preconceito, entre vários outros fatores, resulta de forma alarmante podendo ser considerado um problema de saúde pública.

Segundo pesquisa recente feita pela entidade feminista Católicas pelo Direito de Decidir (www.catolicasonline.org.br), no Brasil cerca de 70 mães morrem a cada 100 mil nascidos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera elevados os índices que ultrapassem 20 óbitos maternos por 100 mil nascidos. Estima-se que ocorram mais de 3 mil óbitos de gestantes e puérperas anualmente. De acordo com o Ministério da Saúde, as principais causas dessas mortes são: hipertensão, hemorragia, infecção puerperal, aborto e doenças do aparelho circulatório. “Os números nos mostram que as mulheres continuam morrendo por causas que são previsíveis e perfeitamente evitáveis.”³ Essa mesma pesquisa indica que o aborto clandestino é o quarto maior responsável por morte materna no Brasil.

Uma pesquisa nacional patrocinada pelo Ministério da Saúde mostrou que uma a cada sete brasileiras com idade entre 18 e 39 anos praticou ao menos um aborto, o que equivale a 5 milhões de mulheres. Destas, 15% se declaram católicas, 13% são protestantes ou evangélicas e 16% seguem outras religiões. Segundo a pesquisa, que exclui analfabetas e população rural, a prática é mais frequente entre mulheres com baixo grau de escolaridade — em 23% dos casos, elas estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Mais da metade das entrevistadas declara ter sido internada em clínica ou hospital por causa do aborto, e 48% dizem ter ingerido medicamentos abortivos.

³ <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=959&print=1> (acessado em 29 de junho de 2010)



Diferenças de pensamento

No Brasil, a partir do Decreto 119-A de 1890, de autoria de Rui Barbosa, instaurou-se a separação entre a Igreja e o Estado, tornando-o assim um país laico. A Igreja Católica perdeu privilégios, deixou de ser a igreja oficial do Estado. No entanto, não passou muito tempo até que a Igreja buscasse restabelecer os privilégios perdidos por meio de “concordata moral” ou informal. Contudo, nenhuma concordata foi efetivamente formalizada e o país ainda permanece laico, por força do artigo 19 da Constituição de 1988. Em 2002, o Vaticano pretendeu celebrar uma concordata com o Brasil, o que não ocorreu. Entretanto, em agosto de 2006, surgiram indícios de nova tentativa concordatária que seria efetivada com a visita do Papa Bento XVI, programada para o ano de 2007. Em 2006, eles se confirmaram no segundo dia de visita de Bento XVI ao Brasil. Em seu encontro com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, o Papa manifestou a intenção de assinar acordo com o Brasil envolvendo privilégios tributários e o ensino religioso nas escolas públicas. O presidente Lula recusou a proposta de acordo optando pela preservação do Estado laico (Cf. Soriano, 2007). No entanto, em novembro de 2008, o presidente Lula firmou o acordo em encontro com o Papa Bento XVI, no Vaticano.

O artigo 11 do texto da concordata, que trata do ensino religioso em escolas públicas, suscitou grande indignação nos setores mais diversos, tanto por obrigar o ensino religioso católico em todas as escolas públicas, apresentando-se como imposição às instituições públicas de ensino, o que é inaceitável, quanto por conter uma menção a “outras religiões”, levando à polêmica relativa à legitimidade da Igreja Católica para se manifestar em nome de outras religiões. (Fischmann, 2009)

No site das Católicas pelo Direito de Decidir, uma reportagem sobre o recente lançamento do livro *Laicidade: O ensino religioso no Brasil*, de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), resultado da análise de 25 livros de ensino religioso mais usados pelas escolas públicas do Brasil, mostra que foi constatado que “o estímulo à homofobia e a imposição de uma espécie de ‘catecismo cristão’ em sala de aula são uma constante nas publicações”.⁴ A análise do título de algumas das maiores editoras do país salientou que a “imagem de Jesus Cristo aparece 80 vezes mais que a de uma liderança indígena no campo religioso — limitado a uma referência anônima e sem biografia — duas vezes mais que o líder budista Dalai Lama e ainda conta com um espaço 20 vezes maior que Lutero, referência intelectual para o protestantismo. João Calvino nem mesmo é citado”. Além disso, o termo “cristão teve 609 citações nos livros, enquanto religiões afrobrasileiras, tratadas como ‘tradições’, aparecem em apenas 30 momentos”, conforme comenta

⁴ <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=991&print=1>. (Acessado em 29 de junho de 2010)



Débora, que afirma que: “Há uma confusão entre o ensino religioso e a educação cristã”. Segundo essa pesquisa, mesmo com a previsão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997), que garante justiça religiosa e liberdade de crença, há um enfoque visível da religião cristã nos ensinamentos religiosos nas escolas.

Quando há uma citação sobre budismo recorre-se ao Dalai Lama, budismo tibetano, como se todas as escolas budistas fossem iguais e seguidoras de uma mesma doutrina.

Apesar de a questão do Brasil enquanto Estado laico envolver vários fatores como arranjos familiares, direitos sexual e de reprodução,

o tema do ensino religioso em escolas públicas, por se referir a crianças e adolescentes, e pela história acumulada no campo da educação, tem sido a pedra de toque que suscita indignação coletiva quanto aos limites da ingerência das religiões sobre a formação de consciências tenras, e sobre até da vontade de determinação das próprias famílias, contra o caráter laico da proteção que o Estado brasileiro prevê oferecer à cidadania e ferindo o caráter facultativo previsto pela Constituição. É o tema que mais uma vez retoma como polêmica central, no encaminhamento no Congresso Nacional da concordata assinada em novembro de 2008. (Fischmann, 2009, p. 570)

Conclusão

A forma como apresentamos nosso trabalho tem o propósito de fazer refletir, budistas ou não, sobre as diferentes formas de pensar recorrente da religião que se professa. Inicialmente, apresentamos a visão budista de vida, morte e renascimento, com a intenção de demonstrar que a base de análise budista de questões de nascimento e morte é a lei de causa e efeito. Ou seja, as ações e reações praticadas no transcorrer de uma existência, determinam o renascimento.

Sendo assim, apesar de sabermos que os Budistas Nitiren não são a favor do aborto devido à existência intermediária, conforme o exposto anteriormente, não existe a concepção se não houver a relação cármica entre a existência intermediária e os pais. Se, na perspectiva budista, a causa da infertilidade está relacionada ao carma do pai, da mãe ou de ambos que não possuem o carma para ter filho, ou da existência intermediária que não desenvolveu a causa para nascer ou o carma para ligá-la aos pais, podemos deduzir que o mesmo pensamento pode ser aplicado em relação aos fatores que levam a interromper a gravidez. A causa tanto está na pessoa que interrompe quanto na vida interrompida. Como a ação parte da mulher, a tendência é observar a causa de uma única forma. Mas, apesar de a existência intermediária não ter forças para agir efetivamente no transcorrer de seus primeiros meses de existência, o que age sobre ela são as causas que carrega na consciência *alaya*, ou seja, por não ter causa para nascer e/ou viver é gerada num ventre que não deseja ou tem condições de manter um filho.



Conversando com algumas budistas, que conheceram pessoas que praticaram o aborto — apesar de não as identificarem budistas ou não —, cada uma delas alegou os seguintes motivos: o fato de ter mais de 40 anos e dois filhos adultos; falta de apoio do namorado; porque atrapalharia a carreira profissional; por estar separada do pai da criança; falta de estrutura familiar e a imaturidade da grávida. São problemas práticos e cotidianos que, do ponto de vista do budismo, estão relacionados com o carma que cada pessoa carrega.

Quando questionadas sobre como viam o aborto, obtivemos as seguintes respostas sendo a maioria diretamente ligada à visão budista da vida: “uma vez concebido já é uma vida em formação e essa vida já carrega todo o seu carma”; “o aborto é uma tentativa de evitar um sofrimento futuro em favor de determinada situação, específica, às vezes justa e coerente, às vezes banal e egoísta”; “uma questão muito delicada que só cabe à própria mãe decidir, pois é ela, e somente ela, quem sentirá diretamente todos os efeitos que isso possa surtir em sua vida, sejam eles positivos ou negativos”.

Agora, passaremos para a segunda questão de nosso tema questão: se a visão de mundo budista que elas ensinam às crianças e aos jovens e o ensino religioso católico em escolas públicas tendem a repercutir de forma negativa na vida dessas mulheres, principalmente no âmbito familiar.

Como podemos perceber, são visões muito diferentes: a budista e a cristã, apesar de a maioria das mulheres da BSGI ter como religião de origem o cristianismo.

Quanto ao ensino religioso nas escolas, das seis que conversei, três foram a favor e três contra. Mas todas, principalmente as que foram contra o ensino religioso, a preocupação está justamente na influência da “cultura cristã brasileira”.

A conversão a uma religião transplantada é um processo, que se inicia no momento de conversão e vai se firmando com o conhecimento sobre a doutrina e a participação nos eventos budistas. Existe tensão entre o conhecimento prévio religioso e o novo, que é trabalhada no dia a dia, num processo contínuo e persistente por parte das mulheres da BSGI, uma vez que nosso país não é tão laico como se faz acreditar.

Bibliografia

FISCHMANN, Roseli. “A proposta de concordata com a Santa Sé, e o debate na Câmara Federal”. In: *Educação e sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 563-583, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

IKEDA, Daisaku e BRYAN, Wilson. *Valores humanos num mundo em mutação*. São Paulo: Record, 1999



NITIREN. “O presente de arroz”. In: *As escrituras de Nitiren Daishonin*, v. 1, São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 1981.

_____ “The Swords of Good and Evil” (A espada do bem e do mal). In: *The Writings of Nichiren Daishonin*. Soka Gakkai, Tóquio, Japão, 1999.

_____ “Os escritos de Nitiren Daishonin, v. 1. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 2001.

KAWATA, Yoiti. “Buppo to igaku: shiseikan no kakuritsu no tame ni” (Budismo e ciência médica: visando estabelecer uma correta visão da morte e do renascimento), publicado no volume 6 do periódico *Kyogaku Kenkyu Koza*, de Tóquio, 1985. In: *Terceira Civilização*, jun. 1987. São Paulo: Editora Brasil Seikyo.

_____ *Ushio*, abr. 1986. Soka Gakkai. Japão.

_____ “Entre a morte e o renascimento”. In: *Terceira Civilização*, jun. 1987. São Paulo: Editora Brasil Seikyo.

SORIANO, Aldir Guedes. “O Brasil não deve celebrar concordata com Vaticano” Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2007/05/11/295719017.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2010.